




A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NO BRASIL

THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES FOR THE DIGITAL INCLUSION OF SENIORS IN BRAZIL

LA IMPORTANCIA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA INCLUSIÓN DIGITAL DE LAS PERSONAS MAYORES EN BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/levv16n55-084>

Data de submissão: 15/11/2025

Data de publicação: 15/12/2025

Andre de Oliveira Melo

Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5723660580912897>

Karen Lowhany Costa da Silva

Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9733562596206371>

RESUMO

O envelhecimento populacional brasileiro ocorre em contexto de digitalização acelerada de serviços e relações sociais, criando divisão entre aqueles que dominam tecnologias digitais e aqueles que permanecem excluídos. A exclusão digital de idosos compromete acesso a direitos fundamentais, participação social e qualidade de vida, configurando-se como problema de justiça social e cidadania. Este estudo analisa a importância de políticas públicas para inclusão digital de idosos no Brasil, avaliando desafios, experiências e perspectivas futuras. A pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática da literatura sobre inclusão digital de idosos, políticas públicas e envelhecimento ativo. Os resultados revelam que barreiras múltiplas dificultam inclusão digital de idosos, incluindo limitações físicas e cognitivas, custos econômicos, baixa escolaridade e escassez de programas de capacitação. A análise demonstra que inclusão digital impacta positivamente qualidade de vida, saúde mental, autonomia e participação social. O estudo conclui que políticas públicas de inclusão digital de idosos no Brasil caracterizam-se por fragmentação e insuficiência, mas experiências bem-sucedidas demonstram viabilidade de iniciativas que combinem acesso tecnológico, capacitação continuada e suporte institucional.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Idosos. Políticas Públicas. Envelhecimento Ativo.

ABSTRACT

Brazilian population aging occurs in a context of accelerated digitalization of services and social relations, creating a division between those who master digital technologies and those who remain excluded. Digital exclusion of older adults compromises access to fundamental rights, social participation and quality of life, configuring itself as a problem of social justice and citizenship. This study analyzes the importance of public policies for digital inclusion of older adults in Brazil,

evaluating challenges, experiences and future perspectives. The research is characterized as a qualitative study of exploratory and descriptive nature, based on systematic bibliographic review of literature on digital inclusion of older adults, public policies and active aging. The results reveal that multiple barriers hinder digital inclusion of older adults, including physical and cognitive limitations, economic costs, low education and scarcity of training programs. The analysis demonstrates that digital inclusion positively impacts quality of life, mental health, autonomy and social participation. The study concludes that public policies for digital inclusion of older adults in Brazil are characterized by fragmentation and insufficiency, but successful experiences demonstrate viability of initiatives that combine technological access, continued training and institutional support.

Keywords: Digital Inclusion. Older Adults. Public Policies. Active Aging.

RESUMEN

El envejecimiento de la población brasileña se produce en un contexto de digitalización acelerada de los servicios y las relaciones sociales, lo que crea una división entre quienes dominan las tecnologías digitales y quienes permanecen excluidos. La exclusión digital de las personas mayores compromete el acceso a los derechos fundamentales, la participación social y la calidad de vida, constituyendo un problema de justicia social y ciudadanía. Este estudio analiza la importancia de las políticas públicas para la inclusión digital de las personas mayores en Brasil, evaluando desafíos, experiencias y perspectivas futuras. La investigación se caracteriza por ser un estudio cualitativo de naturaleza exploratoria y descriptiva, basado en una revisión bibliográfica sistemática de la literatura sobre inclusión digital de las personas mayores, políticas públicas y envejecimiento activo. Los resultados revelan que múltiples barreras dificultan la inclusión digital de las personas mayores, incluyendo limitaciones físicas y cognitivas, costos económicos, bajo nivel educativo y escasez de programas de capacitación. El análisis demuestra que la inclusión digital impacta positivamente en la calidad de vida, la salud mental, la autonomía y la participación social. El estudio concluye que las políticas públicas para la inclusión digital de las personas mayores en Brasil se caracterizan por su fragmentación e insuficiencia, pero las experiencias exitosas demuestran la viabilidad de iniciativas que combinan el acceso a la tecnología, la formación continua y el apoyo institucional.

Palabras clave: Inclusión Digital. Personas Mayores. Políticas Públicas. Envejecimiento Activo.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui fenômeno demográfico global que impõe desafios significativos para sociedades contemporâneas, particularmente em contextos marcados por transformações tecnológicas aceleradas. No Brasil, a população idosa cresce em ritmo superior ao da população geral, configurando transição demográfica que exige adaptações em políticas públicas, serviços e infraestruturas. Simultaneamente, a digitalização progressiva de serviços essenciais, relações sociais e atividades cotidianas cria divisão entre aqueles que dominam tecnologias digitais e aqueles que permanecem excluídos desse universo. Até que ponto a exclusão digital de idosos compromete seu acesso a direitos fundamentais e sua participação social? De que maneira políticas públicas podem promover inclusão digital dessa população, garantindo envelhecimento ativo e cidadania plena? Essas questões impõem-se como fundamentais para compreensão dos desafios contemporâneos do envelhecimento em sociedades digitalizadas.

Andrade *et al.* (2023, p. 15) evidenciam que "a acessibilidade aos serviços de saúde bucal para a população idosa no Brasil enfrenta barreiras múltiplas que incluem limitações físicas, econômicas e tecnológicas". A digitalização de serviços de saúde, acelerada pela pandemia de COVID-19, exemplifica como transformações tecnológicas podem amplificar desigualdades preexistentes. Idosos que não dominam tecnologias digitais enfrentam dificuldades crescentes para agendar consultas mediante aplicativos, acessar resultados de exames em plataformas *online*, ou participar de teleconsultas. A exclusão digital transforma-se, assim, em barreira adicional ao acesso a serviços essenciais, comprometendo direitos constitucionalmente garantidos e perpetuando vulnerabilidades. A questão transcende, portanto, dimensões meramente tecnológicas, configurando-se como problema de justiça social e cidadania.

Alvaro *et al.* (2022, p. 2) demonstram que "navegando em ondas virtuais, idosos enfrentam barreiras significativas para inclusão digital, mas também identificam facilitadores que podem ser potencializados mediante políticas adequadas". As barreiras incluem limitações cognitivas e motoras associadas ao envelhecimento, ausência de familiaridade com tecnologias digitais, custos de equipamentos e conectividade, e escassez de programas de capacitação adaptados às necessidades específicas dessa população. Os facilitadores identificados incluem motivação para manter conexão com familiares, interesse em acessar informações e serviços, e disponibilidade de suporte social e institucional. Essa dualidade entre barreiras e facilitadores evidencia que a exclusão digital de idosos não constitui fatalidade inevitável, mas resultado de escolhas políticas e sociais que podem ser transformadas mediante intervenções apropriadas.

Amadeu *et al.* (2022, p. 208) alertam que "a inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar evidenciam que o acesso a tecnologias digitais transcende dimensões instrumentais, configurando-se como determinante social de saúde". A exclusão

digital não representa apenas impossibilidade de utilizar dispositivos tecnológicos, mas limitação de oportunidades de participação social, acesso a informações, exercício de cidadania e manutenção de vínculos afetivos. Idosos digitalmente excluídos experimentam isolamento social amplificado, dificuldades de acesso a serviços, e redução de autonomia que compromete qualidade de vida e bem-estar psicológico. A inclusão digital, inversamente, associa-se a empoderamento, ampliação de redes sociais, acesso facilitado a informações sobre saúde, e manutenção de atividades cognitivas que contribuem para envelhecimento saudável e ativo.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as múltiplas dimensões da exclusão digital de idosos e o papel de políticas públicas na promoção de inclusão. O Brasil enfrenta desafio duplo de envelhecimento populacional acelerado e desigualdades digitais profundas que se interseccionam com desigualdades socioeconômicas, regionais e educacionais preexistentes. Políticas públicas de inclusão digital de idosos não constituem luxo ou prioridade secundária, mas condição indispensável para garantia de direitos fundamentais, promoção de envelhecimento ativo, e construção de sociedade verdadeiramente inclusiva. Investigar a importância dessas políticas, identificar experiências bem-sucedidas, e propor direções para seu aprimoramento significa contribuir para desenvolvimento de respostas sociais mais adequadas aos desafios do envelhecimento em contextos digitalizados.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a importância de políticas públicas para inclusão digital de idosos no Brasil, avaliando desafios, experiências e perspectivas futuras. Como objetivos específicos, propõe-se: caracterizar as barreiras que dificultam a inclusão digital de idosos; examinar as relações entre inclusão digital, qualidade de vida e exercício de cidadania na população idosa; identificar políticas públicas e iniciativas de inclusão digital de idosos implementadas no Brasil; e avaliar desafios e perspectivas para ampliação e aprimoramento dessas políticas.

Este trabalho estrutura-se em quatro seções principais. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta os conceitos fundamentais para compreensão do fenômeno, dialogando com autores que investigam envelhecimento, inclusão digital e políticas públicas. A metodologia detalha os procedimentos adotados para coleta e análise de dados, explicitando as escolhas metodológicas e suas justificativas. Os resultados e discussão apresentam os achados da pesquisa, estabelecendo relações entre os dados empíricos e o arcabouço teórico mobilizado. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições do estudo, apontam suas limitações e sugerem direções para investigações futuras. A compreensão aprofundada da importância de políticas públicas para inclusão digital de idosos constitui passo fundamental para o desenvolvimento de sociedades que reconheçam e valorizem a diversidade etária, garantindo que transformações tecnológicas não se traduzam em novas formas de exclusão, mas em oportunidades de ampliação de direitos, participação social e qualidade de vida para todas as gerações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da inclusão digital de idosos exige análise das transformações demográficas que caracterizam sociedades contemporâneas e suas implicações para políticas públicas. Andrade *et al.* (2023, p. 19415) afirmam que "a atuação da equipe de saúde bucal da Estratégia Saúde da Família na atenção domiciliar de idosos acamados evidencia necessidade de adaptação de serviços às especificidades dessa população". O envelhecimento populacional brasileiro caracteriza-se por velocidade superior à observada em países desenvolvidos, ocorrendo em contexto de desigualdades sociais profundas e sistemas de proteção social insuficientes. Essa transição demográfica acelerada exige respostas políticas rápidas e efetivas que garantam direitos e qualidade de vida para população idosa crescente. A inclusão digital insere-se nesse contexto como dimensão fundamental de políticas de envelhecimento ativo, que reconhecem idosos não como receptores passivos de cuidados, mas como cidadãos ativos com direitos, capacidades e contribuições sociais significativas.

A análise das relações entre inclusão social e digital evidencia intersecções complexas que transcendem determinismos tecnológicos. Azevedo (2022, p. 3) demonstra que "idosos e tecnologias digitais apresentam relação mediada por fatores sociais, econômicos e culturais, evidenciando que inclusão digital não resulta automaticamente de disponibilidade tecnológica". A exclusão digital de idosos articula-se com exclusões múltiplas relacionadas a classe social, escolaridade, gênero, raça e localização geográfica. Idosos de baixa renda, com escolaridade limitada, residentes em áreas rurais ou periferias urbanas, enfrentam barreiras amplificadas para acesso a tecnologias digitais. A inclusão digital efetiva exige, portanto, não apenas disponibilização de equipamentos e conectividade, mas também programas de capacitação adaptados, suporte técnico continuado, e transformação de representações sociais que naturalizam a exclusão digital de idosos como consequência inevitável do envelhecimento.

A análise das vulnerabilidades da população idosa revela que a exclusão digital intersecciona-se com outras formas de violação de direitos. Barros *et al.* (2019, p. 795) argumentam que "a violência doméstica contra idosos assistidos na atenção básica constitui problema de saúde pública que exige respostas intersetoriais e sensibilização profissional". A exclusão digital pode amplificar vulnerabilidades de idosos a violências, na medida em que limita acesso a informações sobre direitos, dificulta denúncias mediante canais digitais, e reduz redes de suporte social que poderiam identificar e intervir em situações de violência. Inversamente, a inclusão digital pode funcionar como fator de proteção, ampliando autonomia, fortalecendo redes sociais, e facilitando acesso a serviços de proteção. Essa perspectiva evidencia que políticas de inclusão digital de idosos não se limitam a dimensões tecnológicas, mas articulam-se com políticas mais amplas de proteção social e garantia de direitos.

O conceito de inclusão digital transcende o acesso instrumental a tecnologias, abarcando dimensões de letramento digital, uso significativo e apropriação crítica. Letramento digital refere-se a

habilidades cognitivas e práticas necessárias para utilizar tecnologias digitais de forma efetiva, incluindo capacidade de navegar em interfaces, avaliar credibilidade de informações, proteger privacidade e segurança, e comunicar-se mediante diferentes plataformas. Uso significativo relaciona-se à incorporação de tecnologias digitais em atividades cotidianas de forma que contribua para objetivos pessoais e sociais, transcendendo usos superficiais ou recreativos. Apropriação crítica refere-se à capacidade de compreender implicações sociais, políticas e econômicas de tecnologias digitais, posicionando-se como usuários ativos e não como consumidores passivos. Políticas de inclusão digital de idosos devem, portanto, promover não apenas acesso, mas também letramento, uso significativo e apropriação crítica.

As barreiras à inclusão digital de idosos são múltiplas e inter-relacionadas. Barreiras físicas e cognitivas incluem declínios sensoriais, motores e cognitivos associados ao envelhecimento que dificultam interação com interfaces digitais projetadas para usuários jovens. Barreiras econômicas relacionam-se a custos de equipamentos, conectividade e manutenção que podem ser proibitivos para idosos com rendas limitadas. Barreiras educacionais referem-se a baixa escolaridade e ausência de familiaridade com tecnologias que caracterizam gerações que não cresceram em ambientes digitalizados. Barreiras psicológicas incluem medo de errar, ansiedade tecnológica, e percepções de que tecnologias digitais são demasiadamente complexas ou irrelevantes para suas vidas. Barreiras sociais relacionam-se a estereótipos etários que naturalizam a exclusão digital de idosos e a escassez de suporte social e institucional para aprendizagem.

Os facilitadores da inclusão digital de idosos incluem motivações intrínsecas e extrínsecas, suporte social e institucional, e design inclusivo de tecnologias. Motivações intrínsecas incluem curiosidade, desejo de aprendizagem contínua, e busca de autonomia. Motivações extrínsecas incluem necessidade de manter conexão com familiares, acessar serviços, e participar de atividades sociais. Suporte social refere-se a auxílio de familiares, amigos e pares que facilitam aprendizagem e uso de tecnologias. Suporte institucional inclui programas de capacitação, assistência técnica, e políticas que promovem acesso. *Design* inclusivo refere-se a desenvolvimento de tecnologias que consideram necessidades e limitações de usuários idosos, incluindo interfaces simplificadas, tamanhos de fonte ajustáveis, comandos de voz, e tutoriais adaptados.

As políticas públicas de inclusão digital de idosos no Brasil caracterizam-se por fragmentação, descontinuidade e insuficiência de recursos. Iniciativas existem em níveis federal, estadual e municipal, frequentemente vinculadas a programas de assistência social, educação ou saúde, mas carecem de articulação, avaliação sistemática e sustentabilidade. Experiências bem-sucedidas incluem programas de universidades abertas à terceira idade que incorporam oficinas de informática, projetos de extensão universitária que oferecem capacitação digital, e iniciativas de organizações da sociedade civil que promovem letramento digital. Essas experiências evidenciam que a inclusão digital de idosos

é viável e produz resultados significativos em termos de qualidade de vida, autonomia e participação social. A ampliação e institucionalização dessas iniciativas mediante políticas públicas consistentes constitui, portanto, desafio urgente para construção de sociedade verdadeiramente inclusiva que reconheça e valorize a diversidade etária, garantindo que transformações tecnológicas não se traduzam em novas formas de exclusão, mas em oportunidades de ampliação de direitos e cidadania para todas as gerações.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática da literatura sobre inclusão digital de idosos, políticas públicas e envelhecimento ativo. A abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto investigado, que exige compreensão aprofundada de dimensões sociais, políticas, tecnológicas e subjetivas que estruturam processos de inclusão e exclusão digital na população idosa. Batista e Teixeira (2021) analisam o cenário do mercado de trabalho para idosos e violências sofridas, evidenciando intersecções entre exclusões múltiplas que afetam essa população. Essa perspectiva interseccional orienta a presente pesquisa, que reconhece que a exclusão digital não constitui fenômeno isolado, mas articula-se com desigualdades socioeconômicas, educacionais e etárias mais amplas que caracterizam a sociedade brasileira.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório na medida em que busca mapear e sistematizar conhecimentos sobre políticas públicas de inclusão digital de idosos no Brasil, área ainda relativamente pouco investigada academicamente, e descritivo ao propor-se caracterizar essas políticas, suas características, desafios e resultados. Bernardo *et al.* (2024) propõem metodologia para inclusão digital da pessoa idosa mediante projeto Defensor Digital 60+, demonstrando importância de abordagens metodológicas adaptadas às especificidades dessa população. Essa sensibilidade metodológica orienta a seleção do corpus bibliográfico, que privilegia estudos que abordam não apenas aspectos teóricos da inclusão digital, mas também experiências práticas de implementação de programas e políticas, reconhecendo que a compreensão adequada do fenômeno exige diálogo entre teoria e prática.

O corpus de análise constitui-se de artigos científicos, teses, dissertações, relatórios técnicos e documentos de políticas públicas que abordam inclusão digital de idosos, envelhecimento ativo, letramento digital e políticas públicas para população idosa. Os critérios de seleção incluíram relevância temática, rigor metodológico, atualidade e diversidade de perspectivas disciplinares. Bokehi *et al.* (2020) relatam resultados de curso de informática para idosos, oferecendo evidências empíricas sobre efetividade de intervenções de inclusão digital. Essa perspectiva empírica fundamenta a decisão de incluir no corpus não apenas estudos teóricos, mas também relatos de experiências, estudos de caso

e avaliações de programas que fornecem informações concretas sobre implementação, desafios e resultados de iniciativas de inclusão digital de idosos.

A coleta de dados desenvolveu-se mediante busca sistemática em bases de dados acadêmicas, incluindo SciELO, Portal de Periódicos CAPES, PubMed, Google Acadêmico, repositórios institucionais de universidades brasileiras, e portais governamentais que disponibilizam documentos de políticas públicas. Foram utilizados descritores como "inclusão digital de idosos", "letramento digital", "envelhecimento ativo", "políticas públicas para idosos", "tecnologias digitais e envelhecimento", "*digital inclusion*", "*older adults*" e "*digital literacy*". A busca inicial identificou amplo conjunto de publicações, posteriormente refinado mediante leitura de títulos e resumos para verificação de aderência aos objetivos da pesquisa. Bonetti e Bica (2022) analisam programa Bê-á-bá Digital que promove conectividade e inclusão digital, evidenciando importância de iniciativas que combinam acesso tecnológico com capacitação. Essa abordagem integrada inspira a presente pesquisa, que busca compreender não apenas disponibilidade de tecnologias, mas também processos de aprendizagem, suporte e apropriação que caracterizam inclusão digital efetiva.

O procedimento analítico fundamenta-se em análise de conteúdo temática, abordagem que permite identificar, analisar e relatar padrões recorrentes em dados qualitativos. A análise desenvolveu-se em três etapas: familiarização com o corpus mediante leitura exploratória dos materiais selecionados; codificação temática, identificando categorias analíticas emergentes relacionadas a barreiras e facilitadores da inclusão digital, características de políticas e programas, impactos sobre qualidade de vida e cidadania, e desafios para ampliação de iniciativas; e interpretação crítica, relacionando os achados com teorias sobre envelhecimento, inclusão social, políticas públicas e transformações tecnológicas. Cada publicação foi analisada considerando seus argumentos centrais, evidências empíricas apresentadas, metodologias empregadas, referencial teórico mobilizado e contribuições específicas para compreensão do fenômeno investigado.

Aspectos éticos foram cuidadosamente considerados ao longo do processo investigativo. Embora pesquisas bibliográficas não envolvam participantes humanos diretos, exigem rigor na citação de fontes, respeito à propriedade intelectual e compromisso com representação fiel das ideias dos autores consultados. Todas as fontes utilizadas são devidamente referenciadas conforme normas acadêmicas, evitando plágio e garantindo rastreabilidade das informações. Reconhece-se, ainda, que pesquisas sobre envelhecimento e inclusão digital carregam dimensões éticas relacionadas a representações sociais de idosos, risco de reforço de estereótipos etários, e potencial de contribuir para políticas que promovam ou limitem direitos dessa população. Esta pesquisa posiciona-se explicitamente em defesa de envelhecimento ativo, autonomia e cidadania plena de idosos, rejeitando perspectivas que naturalizam exclusões ou tratam idosos como receptores passivos de cuidados.

Limitações metodológicas devem ser explicitamente reconhecidas. Primeiro, a pesquisa fundamenta-se exclusivamente em fontes bibliográficas e documentais, não incluindo dados empíricos primários coletados mediante entrevistas com idosos, gestores de políticas ou profissionais que implementam programas de inclusão digital. Segundo, a análise concentra-se no contexto brasileiro, não contemplando comparações sistemáticas com políticas de outros países que poderiam oferecer aprendizados relevantes. Terceiro, a seleção do corpus, embora sistemática, envolve escolhas que inevitavelmente privilegiam determinadas perspectivas em detrimento de outras. Quarto, a natureza qualitativa da análise, embora permita profundidade interpretativa, não possibilita generalizações estatísticas sobre prevalência de exclusão digital ou efetividade de diferentes tipos de intervenções. Essas limitações não invalidam os achados, mas delimitam seu escopo e sugerem direções para pesquisas futuras que possam complementar e expandir a compreensão da importância de políticas públicas para inclusão digital de idosos no Brasil, fenômeno que permanece em evolução e que exige investigação contínua para acompanhar transformações demográficas, tecnológicas e sociais que redefinem constantemente desafios e possibilidades de envelhecimento em sociedades digitalizadas.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Barros, R.; Leal, M.; Marques, A.; Lins, M.	Violência doméstica contra idosos assistidos na atenção básica	2019	Evidencia prevalência/perfil de violência doméstica contra idosos no âmbito da APS, subsidiando ações de vigilância e proteção social.
Casadei, G.; Bennemann, R.; Lucena, T.	Influência das redes sociais virtuais na saúde dos idosos	2019	Discute como redes sociais virtuais se relacionam com saúde e bem-estar de idosos, apoiando debates sobre uso de tecnologias e impactos psicossociais.
Damaceno, M.; Chirelli, M.	Implementação da saúde do idoso na estratégia saúde da família: visão dos profissionais e gestores	2019	Analisa implementação da saúde do idoso na ESF, contribuindo para compreender desafios de gestão, processos de trabalho e organização do cuidado.
Bokehi, J.; Rocha, G.; Alvarenga, M.	Inclusão digital: resultados de um curso de informática para idosos	2020	Apresenta resultados de intervenção formativa, demonstrando ganhos e limites de cursos para alfabetização digital de idosos.
Cabral, M.; Flores-Gomes, G.; Arruda, M.; Beggiato, S.; Oliveira, V.; Vagetti, G.	[ID 53136] percepção de saúde de idosos participantes de um programa de inclusão digital	2020	Relaciona participação em programa de inclusão digital à percepção de saúde, contribuindo para justificar programas como estratégia de promoção do envelhecimento ativo.
Batista, R.; Teixeira, K.	O cenário do mercado de trabalho para idosos e a violência sofrida	2021	Conecta mercado de trabalho, envelhecimento e violências sofridas, apoiando discussões sobre vulnerabilidade socioeconômica e proteção de direitos.
Deodoro, T.; Bernardo, L.; Silva, A.; Raymundo, T.; Scheidt, I.	A inclusão digital de pessoas idosas em momento de pandemia: relato de experiência de um projeto de extensão	2021	Relato de experiência que evidencia barreiras e estratégias de inclusão digital na pandemia, útil para orientar projetos extensionistas e intervenções remotas.
Ferraresso, L.; Cassemiro, S.; Barbosa, C.; Silva, L.; Kasai, M.; Tiossi, R.; Higasi, M.	Atividades extensionistas de educação em saúde bucal para pacientes da terceira idade	2021	Demonstra potencial de ações extensionistas em educação em saúde bucal, fortalecendo vínculo, prevenção e autocuidado em idosos.
Alvaro, S.; Mello, L.; Bernardo, L.; Raymundo, T.	Navegando em ondas virtuais: barreiras e facilitadores para a inclusão digital de idosos	2022	Identifica barreiras e facilitadores à inclusão digital, útil para desenhar intervenções mais acessíveis (suporte, linguagem, usabilidade).

Amadeu, C.; Silva, J.; Manochio-Pina, M.	Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar	2022	Sustenta relações entre inclusão digital, empoderamento e qualidade de vida, servindo como base conceitual para discutir benefícios sociais/psicológicos.
Azevedo, C.	Idosos e tecnologias digitais: a relação entre inclusão social e digital no Brasil	2022	Enquadra a inclusão digital como dimensão da inclusão social, apoiando análises sobre desigualdades, acesso e cidadania digital.
Bonetti, G.; Bica, C.	Bê-á-bá digital: promovendo conectividade e inclusão digital	2022	Apresenta proposta/metodologia de formação para conectividade, útil para ações de educação digital e desenho pedagógico de cursos.
Borges, F.; Silva, A.; Filho, A.; Frota, E.; Carvalho, F.; Carvalho, A.; Melo, S.	Os impactos da inclusão digital na saúde mental e qualidade de vida das pessoas idosas	2022	Evidencia impactos da inclusão digital sobre saúde mental e qualidade de vida, apoiando justificativas para políticas e programas de inclusão.
Andrade, A.; Alves, C.; Xavier, J.; Andrade, C.; Júnior, J.; Silva, D.; Ribeiro, A.	Acessibilidade aos serviços de saúde bucal para a população idosa no Brasil: uma revisão de literatura	2023	Sistematiza evidências sobre acesso/acessibilidade em saúde bucal do idoso, útil para identificar gargalos (oferta, território, renda, organização do serviço).
Andrade, P.; Souza, A.; Nantes, H.; Mendes, M.; Carvalho, R.	Atuação da equipe de saúde bucal da estratégia saúde da família na atenção domiciliar de idosos acamados	2023	Discute a atuação na atenção domiciliar, fortalecendo a compreensão sobre cuidado longitudinal, integralidade e estratégias para idosos acamados.
Bernardo, J.; Moura, B.; Mattos, R.; Fialho, I.; Brito, K.; Pinheiro, M.; Pessoa, M.	Defensor digital 60+: uma proposta de metodologia para inclusão digital da pessoa idosa	2024	Propõe metodologia estruturada para inclusão digital, contribuindo com modelo replicável e orientações práticas para projetos e políticas.
Bovolenta, L.; Mantovani, J.; Frisanco, F.; Vechia, A.	Profile of violence against the older adults in Brazil according to Brazilian capitals	2024	Oferece panorama por capitais, permitindo analisar perfil e distribuição da violência contra idosos e apoiar vigilância e planejamento de políticas públicas.

Fonte: Elaboração do próprio autor

O quadro é importante porque organiza, de forma cronológica e comparável, como a literatura tem articulado três eixos centrais do envelhecimento: inclusão digital, violências e acesso/cuidado em saúde (com destaque para saúde bucal e atenção domiciliar). Essa visão facilita identificar tendências, reconhecer lacunas (por exemplo, integração entre inclusão digital e acesso a serviços) e sustentar, com maior rigor, a construção do referencial teórico e a justificativa do seu problema de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura sobre inclusão digital de idosos revelou consenso significativo quanto à importância dessa dimensão para qualidade de vida, autonomia e exercício de cidadania na população idosa. Os estudos examinados convergem na identificação de impactos positivos da inclusão digital sobre múltiplas dimensões do bem-estar, mas também evidenciam desafios persistentes que limitam o acesso de idosos a tecnologias digitais. Borges *et al.* (2022) analisam os impactos da inclusão digital na saúde mental e qualidade de vida de pessoas idosas, demonstrando correlações positivas entre uso de tecnologias digitais e indicadores de bem-estar psicológico. Essa constatação desafia representações estereotipadas que associam envelhecimento a declínio inevitável e incapacidade de adaptação a inovações tecnológicas, evidenciando que idosos podem e desejam participar de ambientes digitalizados quando recebem suporte adequado.

A primeira dimensão identificada refere-se às violências contra idosos e suas intersecções com exclusão digital. Bovolenta *et al.* (2024) examinam perfil de violências contra idosos no Brasil segundo capitais brasileiras, evidenciando magnitude e diversidade de violações de direitos que afetam essa população. A exclusão digital pode amplificar vulnerabilidades a violências, na medida em que limita acesso a informações sobre direitos, dificulta utilização de canais digitais de denúncia, e reduz redes de suporte social que poderiam identificar situações de risco. Políticas de inclusão digital de idosos devem, portanto, articular-se com políticas mais amplas de proteção e garantia de direitos, reconhecendo que tecnologias digitais podem funcionar como ferramentas de empoderamento e proteção quando acessíveis e apropriadas adequadamente.

A segunda dimensão relaciona-se aos impactos da inclusão digital sobre percepções de saúde e bem-estar. Cabral *et al.* (2020) investigam percepção de saúde de idosos participantes de programa de inclusão digital, identificando melhorias significativas em autoavaliações de saúde, vitalidade e satisfação com a vida. Esses achados sugerem que a inclusão digital produz benefícios que transcendem dimensões instrumentais de acesso a serviços, afetando dimensões subjetivas de bem-estar relacionadas a sentimentos de competência, conexão social e participação ativa. A aprendizagem de novas habilidades, a manutenção de atividades cognitivas desafiadoras, e a ampliação de possibilidades de comunicação e acesso a informações contribuem para envelhecimento ativo e saudável.

A terceira dimensão refere-se às influências das redes sociais virtuais sobre saúde de idosos. Casadei *et al.* (2019) analisam influências das redes sociais virtuais na saúde dos idosos, identificando tanto potencialidades quanto riscos. As potencialidades incluem manutenção de vínculos afetivos com familiares distantes, ampliação de redes de suporte social, acesso a informações sobre saúde, e participação em comunidades virtuais que compartilham interesses comuns. Os riscos incluem exposição a informações falsas ou enganosas sobre saúde, vulnerabilidade a golpes e fraudes digitais, e possibilidade de substituição de interações presenciais por virtuais de forma que comprometa qualidade de relações. Políticas de inclusão digital devem, portanto, promover não apenas acesso, mas também letramento digital crítico que capacite idosos a navegar ambientes digitais de forma segura e proveitosa.

A análise revelou, ainda, desafios de implementação de políticas de saúde para idosos que se interseccionam com questões de inclusão digital. Damaceno e Chirelli (2019) examinam implementação da saúde do idoso na Estratégia Saúde da Família sob perspectiva de profissionais e gestores, identificando lacunas entre diretrizes políticas e práticas concretas. A digitalização crescente de serviços de saúde, incluindo agendamentos *online*, prontuários eletrônicos e teleconsultas, exige que políticas de saúde para idosos incorporem dimensões de inclusão digital, garantindo que transformações tecnológicas não se traduzam em barreiras adicionais ao acesso. A formação de

profissionais de saúde deve incluir sensibilização para desafios de inclusão digital de idosos e desenvolvimento de estratégias para apoiar essa população em contextos digitalizados.

As experiências de inclusão digital durante a pandemia de COVID-19 evidenciaram tanto urgência quanto viabilidade de iniciativas nessa área. Deodoro *et al.* (2021) relatam experiência de projeto de extensão de inclusão digital de pessoas idosas durante pandemia, demonstrando que adaptações metodológicas permitiram continuidade de atividades educativas mediante plataformas digitais. Paradoxalmente, o isolamento social imposto pela pandemia, que amplificou riscos de exclusão digital, também motivou idosos a buscar aprendizagem de tecnologias como forma de manter conexões sociais. Essa experiência evidencia que crises podem funcionar como catalisadores de transformações, mas também que a inclusão digital não pode depender de iniciativas emergenciais ou voluntaristas, exigindo políticas públicas consistentes e sustentáveis.

Ferraresso *et al.* (2021) analisam atividades extensionistas de educação em saúde bucal para pacientes da terceira idade, evidenciando importância de abordagens educativas adaptadas às especificidades dessa população. Os achados desta pesquisa corroboram análises que identificam a inclusão digital de idosos como dimensão fundamental de políticas de envelhecimento ativo, com impactos significativos sobre qualidade de vida, autonomia, participação social e exercício de cidadania. As barreiras identificadas são múltiplas e inter-relacionadas, incluindo limitações físicas e cognitivas, custos econômicos, baixa escolaridade, ansiedade tecnológica e escassez de programas de capacitação adaptados. Os facilitadores incluem motivações para manter conexões sociais, interesse em acessar informações e serviços, e disponibilidade de suporte social e institucional. A superação das barreiras e potencialização dos facilitadores exigem políticas públicas que promovam não apenas acesso a equipamentos e conectividade, mas também programas de capacitação continuada, suporte técnico, desenvolvimento de tecnologias com *design* inclusivo, e transformação de representações sociais que naturalizam a exclusão digital de idosos. Somente mediante reconhecimento da inclusão digital como direito e como dimensão fundamental de cidadania será possível construir sociedade verdadeiramente inclusiva que valorize a diversidade etária e garanta que transformações tecnológicas ampliem, e não restrinjam, oportunidades de participação social e qualidade de vida para todas as gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar a importância de políticas públicas para inclusão digital de idosos no Brasil, avaliando desafios, experiências e perspectivas futuras. A pesquisa demonstrou que a inclusão digital constitui dimensão fundamental de envelhecimento ativo, com impactos significativos sobre qualidade de vida, autonomia, saúde mental, participação social e exercício de cidadania. As barreiras à inclusão digital de idosos são múltiplas e inter-relacionadas, incluindo

limitações físicas e cognitivas, custos econômicos, baixa escolaridade, ansiedade tecnológica e escassez de programas de capacitação adaptados. Os facilitadores incluem motivações intrínsecas e extrínsecas, suporte social e institucional, e *design* inclusivo de tecnologias. Os achados evidenciam que a exclusão digital de idosos não constitui fatalidade inevitável, mas resultado de escolhas políticas e sociais que podem ser transformadas mediante intervenções apropriadas. Políticas públicas de inclusão digital de idosos no Brasil caracterizam-se por fragmentação, descontinuidade e insuficiência de recursos, mas experiências bem-sucedidas demonstram viabilidade e efetividade de iniciativas quando adequadamente planejadas e implementadas.

As contribuições deste trabalho situam-se em múltiplas dimensões. No plano teórico, a pesquisa articula literatura sobre envelhecimento, inclusão digital e políticas públicas, oferecendo síntese abrangente que integra perspectivas frequentemente tratadas de forma fragmentada. No plano empírico, o mapeamento sistemático de barreiras, facilitadores, políticas e impactos fornece panorama atualizado da inclusão digital de idosos no Brasil, identificando lacunas e oportunidades. No plano prático, os resultados fornecem subsídios para formulação de políticas públicas mais efetivas, sugerindo que a inclusão digital de idosos exige abordagens integradas que combinem acesso tecnológico, capacitação continuada, suporte técnico, *design* inclusivo e transformação de representações sociais. A compreensão das múltiplas dimensões da inclusão digital de idosos constitui passo fundamental para desenvolvimento de sociedades que reconheçam e valorizem a diversidade etária, garantindo direitos e oportunidades para todas as gerações.

Reconhecem-se, contudo, limitações significativas que delimitam o alcance dos achados e sugerem direções para investigações futuras. A pesquisa fundamentou-se exclusivamente em revisão bibliográfica, não incluindo dados empíricos primários que poderiam enriquecer a compreensão mediante vozes diretas de idosos, gestores e profissionais. A análise concentrou-se no contexto brasileiro, não contemplando comparações sistemáticas com políticas de outros países. A natureza qualitativa do estudo, embora permita profundidade interpretativa, não possibilita mensuração precisa de prevalência de exclusão digital ou efetividade comparativa de diferentes intervenções. Estudos futuros poderiam complementar esta pesquisa mediante pesquisas participativas que envolvam idosos como co-pesquisadores, avaliações quantitativas de programas de inclusão digital, análises de custo-efetividade de diferentes modalidades de intervenção, estudos longitudinais que acompanhem trajetórias de inclusão digital, e pesquisas comparativas internacionais que identifiquem boas práticas adaptáveis ao contexto brasileiro.

A inclusão digital de idosos permanece como desafio urgente para sociedades que envelhecem rapidamente e se digitalizam aceleradamente. A exclusão digital não constitui problema meramente tecnológico, mas questão de justiça social, cidadania e direitos humanos. Idosos digitalmente excluídos enfrentam barreiras crescentes para acesso a serviços essenciais, participação social e exercício de

autonomia, comprometendo qualidade de vida e perpetuando desigualdades. A inclusão digital, inversamente, potencializa envelhecimento ativo, saudável e participativo, ampliando oportunidades de conexão social, acesso a informações, manutenção de atividades cognitivas e exercício de cidadania. Políticas públicas de inclusão digital de idosos não constituem luxo ou prioridade secundária, mas condição indispensável para construção de sociedade verdadeiramente inclusiva. Este estudo oferece contribuição modesta, porém necessária, para esse projeto coletivo de transformação, iluminando desafios, possibilidades e caminhos para garantia de que transformações tecnológicas sirvam a objetivos de justiça social e ampliação de direitos. A luta por inclusão digital de idosos constitui, em última instância, luta pelo reconhecimento da dignidade e dos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua idade, e pela construção de sociedade que valorize a diversidade etária como riqueza e não como problema.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A.; ALVES, C.; XAVIER, J.; ANDRADE, C.; JÚNIOR, J.; SILVA, D.; RIBEIRO, A. (2023). Acessibilidade aos serviços de saúde bucal para a população idosa no brasil: uma revisão de literatura. Disponível em: <https://doi.org/10.58871/ed.academic18092023.01>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- ALVARO, S.; MELLO, L.; BERNARDO, L.; RAYMUNDO, T. (2022). Navegando em ondas virtuais: barreiras e facilitadores para a inclusão digital de idosos. *Research, Society and Development*, 11(9), e19111931685. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31685>
- AMADEU, C.; SILVA, J.; MANOCHIO-PINA, M. (2022). Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar. *Aletheia*, 55(1), 207–223. <https://doi.org/10.29327/226091.55.1-11>
- ANDRADE, P.; SOUZA, A.; NANTES, H.; MENDES, M.; CARVALHO, R. (2023). Atuação da equipe de saúde bucal da estratégia saúde da família na atenção domiciliar de idosos acamados. *Brazilian Journal of Health Review*, 6(4), 19413–19420. <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n4-426>
- AZEVEDO, C. (2022). Idosos e tecnologias digitais: a relação entre inclusão social e digital no brasil. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 27(1). <https://doi.org/10.22456/2316-2171.118082>
- BARROS, R.; LEAL, M.; MARQUES, A.; LINS, M. (2019). Violência doméstica contra idosos assistidos na atenção básica. *Saúde em Debate*, 43(122), 793–804. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912211>
- BATISTA, R.; TEIXEIRA, K. (2021). O cenário do mercado de trabalho para idosos e a violência sofrida. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 24(6). <https://doi.org/10.1590/1981-22562020024.210022>
- BERNARDO, J.; MOURA, B.; MATTOS, R.; FIALHO, I.; BRITO, K.; PINHEIRO, M.; PESSOA, M. (2024). Defensor digital 60+: uma proposta de metodologia para inclusão digital da pessoa idosa. p. 635–645. <https://doi.org/10.5753/wie.2024.242539>
- BOKEHI, J.; ROCHA, G.; ALVARENGA, M. (2020). Inclusão digital: resultados de um curso de informática para idosos. *Interagir: Pensando a Extensão*, (28), 88–101. <https://doi.org/10.12957/interag.2019.53548>
- BONETTI, G.; BICA, C. (2022). Bê-á-bá digital: promovendo conectividade e inclusão digital. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, (41), 77–88. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.rilp2022.41/pp.77-88>
- BORGES, F.; SILVA, A.; FILHO, A.; FROTA, E.; CARVALHO, F.; CARVALHO, A.; MELO, S. (2022). Os impactos da inclusão digital na saúde mental e qualidade de vida das pessoas idosas. *Research, Society and Development*, 11(16), e272111637854. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.37854>
- BOVOLENTA, L.; MANTOVANI, J.; FRISANCO, F.; VECCHIA, A. (2024). Profile of violence against the older adults in brazil according to brazilian capitals. *Revista Cuidarte*. <https://doi.org/10.15649/cuidarte.3233>

- CABRAL, M.; FLORES-GOMES, G.; ARRUDA, M.; BEGGIATO, S.; OLIVEIRA, V.; VAGETTI, G. (2020). [ID 53136] percepção de saúde de idosos participantes de um programa de inclusão digital. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 24(4). <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6032.2020v24n4.53136>
- CASADEI, G.; BENNEMANN, R.; LUCENA, T. (2019). Influência das redes sociais virtuais na saúde dos idosos. *Enciclopédia Biosfera*, 16(29), 1962–1975. https://doi.org/10.18677/encibio_2019a152
- DAMACENO, M.; CHIRELLI, M. (2019). Implementação da saúde do idoso na estratégia saúde da família: visão dos profissionais e gestores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(5), 1637–1646. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.04342019>
- DEODORO, T.; BERNARDO, L.; SILVA, A.; RAYMUNDO, T.; SCHEIDT, I. (2021). A inclusão digital de pessoas idosas em momento de pandemia: relato de experiência de um projeto de extensão. *Extensão em Foco*, (23). <https://doi.org/10.5380/ef.v0i23.80577>
- FERRARESSO, L.; CASSEMIRO, S.; BARBOSA, C.; SILVA, L.; KASAI, M.; TIOSSI, R.; HIGASI, M. (2021). Atividades extensionistas de educação em saúde bucal para pacientes da terceira idade. *Revista da ABENO*, 21(1), 1651. <https://doi.org/10.30979/revabeno.v21i1.1651>